

1
2

DIVERGÊNCIAS GRAMATICAIIS E O SEU IMPACTO EM CONCURSOS PÚBLICOS

3
4
5

Luana Aparecida Galvão (Universidade de Taubaté)
luanagalvao@uol.com.br

6

RESUMO

7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21

O número de pessoas que tentam, a cada ano, ingressar em um cargo público aumenta. E, para isso, de acordo com a constituição federal, o candidato tem de fazer uma prova. Uma das matérias pedidas nesses concursos é a de língua portuguesa. Entretanto, para resolvê-la, o concursista, além de saber utilizar e dominar os aspectos formais da língua materna, precisa ater-se aos gramáticos pedidos nos editais, pois em algumas regras eles apresentam pontos de vista divergentes. Assim sendo, o presente trabalho tem como objetivo analisar se os editais preparados para o concurso público norteiam os candidatos e se as questões, bem como os gabaritos, são coerentes com a referência bibliográfica apresentada. Como metodologia, foram analisadas oito provas de concursos diferentes a respeito dos assuntos: sujeito preposicionado, concordância com porcentagem e regência do verbo visar, e avaliadas as alternativas apontadas como corretas nos gabaritos destas provas, tendo como base as gramáticas normativas de língua portuguesa. O que se verificou foi a necessidade de as bancas apresentarem referências bibliográficas, para que o candidato consiga estabelecer o critério sintático que norteará suas respostas às questões da prova.

22

Palavras-chave: Sujeito. Concordancia. Regência.

23
24

1. Introdução

25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35

Estabilidade e bom salário são o desejo de muitos brasileiros, de acordo com uma pesquisa feita pelo IBGE e exibida no *Jornal Hoje* (2013). Segundo a mesma matéria, uma pesquisa feita pela Associação Nacional de Proteção aos Concursos sinaliza que 12 milhões de brasileiros fazem concursos públicos, previstos pela Constituição Federal. Para fazê-los, o candidato deve preparar-se e estudar os conteúdos apontados nos editais. E uma das matérias exigidas nessas avaliações é a de língua portuguesa. Entretanto, quando o concursista, no momento de seus estudos, tem um contato mais profundo com as regras gramaticais vigentes no país, depara-se com um problema: algumas regras, em algumas gramáticas, são divergentes.

36
37
38
39

Mas o que é divergir? Segundo o *Dicionário Eletrônico Aulete* (2016), significa “1. Estar ou entrar em desacordo ou dissensão; *discordar*”. Tal conceito se verificou nas gramáticas de língua portuguesa, cujos autores parecem *não falar a mesma língua* quando o assunto é norma

1 gramatical. Ao analisar as regras sobre o sujeito vir ou não acompanhado
2 de preposição; ou o verbo, quando se tratar de percentual, concordar com
3 o número ou com a expressão que especifica a referência numérica; ou
4 ainda o verbo visar, com sentido de pretender, vir ou não acompanhado
5 de preposição, essa dissenção ficou evidente. Ao serem observadas essas
6 discordâncias e devido à nossa vivência de sala de aula, surgiram as se-
7 guintes indagações: Será que os órgãos, responsáveis por elaborar os
8 processos seletivos, apresentam referências adequadas para nortear os
9 candidatos nos estudos das regras de língua portuguesa? E se apresentam,
10 será que todas as referências utilizadas são congruentes quanto às regras
11 gramaticais? Será que os candidatos, quando o edital não apresenta refe-
12 rências, conseguem responder às questões?

13 Diante dessas indagações, o presente trabalho foi elaborado com o
14 objetivo de verificar se os editais possuem referências adequadas, a fim
15 de nortear o concursista em seu estudo, já que é notória a dissenção que
16 existe entre as gramáticas, e investigar se as questões, bem como suas
17 respostas, são coerentes com a referência bibliográfica apresentada no
18 edital.

19 Em que pese às divergências entre os gramáticos, é preciso obser-
20 var, porém, que o ensino de gramática é fundamental para que o aluno
21 possa, inclusive, perceber essas diversidades. Cremos que é importante
22 observar que tais incongruências entre os gramáticos não invalida a utili-
23 dade do ensino da gramática, como sugerem alguns. Tampouco se trata
24 de uma crítica às gramáticas utilizadas, já que tais interpretações podem
25 coexistir, uma vez que se apoiam em usos da língua ora em textos literá-
26 rios, ora no português contemporâneo, causando, às vezes, um embate
27 entre a tradição e o uso vigente. Como a língua é dinâmica, tais incon-
28 gruências sempre vão existir.

29 Assim sendo, este trabalho foi estruturado em três itens. No pri-
30 meiro, discutiu-se sobre a importância de se ensinar a gramática, pois al-
31 guns linguistas, como Marcos Bagno, acreditam ser esse um esforço des-
32 necessário. Também foram apresentadas as regras gramaticais sobre su-
33 jeito e o uso do sujeito preposicionado, regência verbal e a regência do
34 verbo visar, bem como esclarecimentos sobre concordância verbal e a
35 concordância com números percentuais. Esses conceitos foram explana-
36 dos sob a ótica dos gramáticos: Celso Cunha e Luís Filipe Lindley Cintra
37 (2013), Domingos Paschoal Cegalla (2008), Evanildo Bechara (2005) e
38 Napoleão Mendes de Almeida (2009).

1 No segundo item, foram apresentadas questões dos seguintes con-
2 cursos: Vunesp, 2011, Fundação Carlos Chagas, 2012 e 2016, IBEG,
3 2015, FGV Projetos, 2013, Cesp – UnB, 2008, Tec Concursos, 2010, e
4 Escola de Especialistas da Aeronáutica, 2016; e suas respostas foram
5 confrontadas com as teorias explandadas pelos gramáticos já mencionados.
6 Por último, foram apontadas as considerações a respeito de tudo que ha-
7 via sido estudado e analisado.

8

9 2. *Fundamentação teórica*

10 2.1. A importância do ensino da gramática normativa

11 Foram os gregos, no século V a.C., que iniciaram, por meio da fi-
12 losofia, os estudos linguísticos, que chamamos hoje de gramática.
13 (GURPILHARES, 2004). Nesse ínterim, surgiram muitos estudos sobre a
14 estrutura da língua e sobre gramática. Entretanto, vamos nos ater, neste
15 trabalho, à gramática normativa, por ser a utilizada no sistema educacio-
16 nal brasileiro e abordada nos concursos públicos vigentes no país.

17 Sobre gramática normativa, Domingos Paschoal Cegalla (2008, p.
18 16) diz que esta “enfoca a língua como é falada em determinada fase de
19 sua evolução” e “[...] aponta normas para a correta utilização oral e es-
20 crita do idioma, em suma, ensina a falar e escrever a língua padrão corre-
21 tamente”. Entretanto, o ensino dessa “arte de escrever”, esse conjunto de
22 regras, vem recebendo grandes críticas por ser considerada pouco útil pa-
23 ra a criança.

24 Linguistas, como Marcos Bagno (2015) e Pedro Celso Luft (1985)
25 têm questionado se ensinar as regras realmente é importante ou se é me-
26 lhor trabalhar apenas com as inferências dos alunos. Essas indagações
27 apresentam uma crescente disparidade entre ensinar ou não a gramática
28 normativa.

29 De acordo com Marcos Bagno (2015), a norma padrão é um mo-
30 delo idealizado, que não chega à fala dos seus usuários. Para ele, existe
31 uma norma culta real, em que o quadro de conjugação 1ª, 2ª e 3ª pessoas
32 do singular e plural aparece de maneira diferente. Hoje os usuários da
33 língua utilizam 1ª – eu; 2ª – tu/você; 3ª ele; 1ª nós/a gente; 3ª – vo-
34 cês/eles. Em seu ponto de vista, é esta nova concepção que precisa ser
35 ensinada.

36 O autor ainda pontua:

1 É um esforço árduo e inútil, um verdadeiro trabalho de Sísifo, tentar im-
2 por uma regra que não encontra justificativa na gramática intuitiva do falante.
3 [...] É lamentável, para dizer o mínimo, que a imagem da língua tenha sido
4 empobrecida desse jeito, reduzida a uma nomenclatura profusa e confusa e a
5 exercícios mecânicos de análise sintática e morfológica, práticas que se reve-
6 lam, ao fim e ao cabo, inúteis e irrelevantes para, de fato, levar alguém a se
7 valer dos muitos recursos que a língua oferece. (BAGNO, 2015)

8 As palavras de Pedro Celso Luft (1985, p. 104) corroboram essas
9 assertivas, pois o autor alega que o falante de língua portuguesa não
10 aprende os conteúdos e, se aprende, estes ficam soltos, o que, em sua vi-
11 são, impede a livre comunicação. E ainda acrescenta: “Não tem nenhuma
12 importância saber regras explícitas [...]”. (LUFT, 1985, p. 109)

13 Os *Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa* pa-
14 ra ensino fundamental (BRASIL, 1997, p. 55) também expõem a pers-
15 pectiva que deve ser adotada para o ensino de metalinguagem:

16 [...] não se deve sobrecarregar os alunos com um palavreado sem função, jus-
17 tificado exclusivamente pela tradição de ensiná-lo. O critério do que deve ser
18 ou não ensinado é muito simples: apenas os termos que tenham utilidade para
19 abordar os conteúdos e facilitar a comunicação nas atividades de reflexão so-
20 bre a língua, excluindo-se tudo o que for desnecessário e costuma apenas con-
21 fundir os alunos.

22 Todas as abordagens supracitadas revelam a “inutilidade” do en-
23 sino da gramática. Entretanto, parece um contrassenso admitir que os
24 alunos não precisam ter esse conhecimento e, muito menos, saber as no-
25 menclaturas gramaticais, uma vez que vivemos em um país seletivo, em
26 que a norma padrão é frequentemente exigida.

27 Sobre esse aspecto, de acordo com a Constituição Federal de
28 1988, no capítulo VII, artigo 37, que trata da administração pública dos
29 Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
30 (BRASIL, 1988, p. 36)

31 II – a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação
32 prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a
33 natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei,
34 ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre
35 nomeação e exoneração.

36 Uma pesquisa feita pela LFG analisou os conteúdos mais aborda-
37 dos nos concursos do Banco do Brasil e o grau de importância de cada
38 um deles (KOMETANI, 2015). De acordo com o levantamento, a disci-
39 plina com o segundo maior nível de importância é língua portuguesa,
40 com 26 questões, sendo que 38,3% delas são de análise gramatical.

1 Sobre a análise gramatical, Napoleão Mendes de Almeida (2009,
2 p. 3) pontua que esta é fruto da gramática, e é por não sabê-la que o usuá-
3 rio da língua não sabe flexionar corretamente um verbo. Para ele, não
4 existe aquilo que é essencial ou secundário, tudo deve ser ensinado, ca-
5 bendo ao professor "saber ensinar, como ensinar e quando ensinar".

6 Nesse sentido, encontramos nos postulados de Lev Semenovitch
7 Vygotsky (2001, p. 320) a defesa explícita ao ensino da gramática por
8 acreditar que “[...] a criança aprende, particularmente graças à escrita e à
9 gramática, a tomar consciência do que faz e a operar, voluntariamente,
10 com suas próprias habilidades”.

11 Do ponto de vista do autor, se a criança, que já domina todas as
12 formas gramaticais e sintáticas, mas de maneira puramente intuitiva, não
13 alcançar a tomada de consciência das estruturas gramaticais e sintáticas
14 de sua língua, será sempre limitada em suas habilidades linguísticas. Se a
15 gramática lhe for ensinada e se lhe forem apresentadas várias maneiras
16 de ver e viver a língua, ela usará suas próprias habilidades e transferirá
17 do plano inconsciente e automático para o plano arbitrário, intencional e
18 consciente. (VYGOTSKY, 2001)

19 Ainda, segundo o autor, é graças ao aprendizado da gramática que
20 o aluno aprende a tomar consciência das operações que realiza, e é jus-
21 tamente essa tomada de consciência que lhe permitirá *operar voluntari-*
22 *amente* e a ter *domínio* de operações linguísticas que realiza. Assim,
23 quando o professor decide não ensinar a gramática, está, segundo Lev
24 Semenovitch Vygotsky (2001, p. 320), condenando o aluno a ter um de-
25 sempenho limitado em sua língua. De fato, de acordo com o autor, se a
26 criança não consegue fazer de forma intencional o que ela faz de forma
27 meramente intuitiva e inconsciente, “Ela está limitada, é limitada para
28 aplicar suas habilidades”.

29 Assim, cremos que é necessário que a gramática seja ensinada,
30 não como dogma que acirra preconceitos, mas como um aporte teórico
31 que auxilia o aluno a pensar sobre as melhores formas de organizar suas
32 produções linguísticas.

33 34 **2.2. A gramática em concursos públicos**

35 Como foi explanado no capítulo anterior, “a investidura em cargo
36 ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público
37 de provas [...]” (BRASIL, 1988, p. 36). E, embora os próprios *Parâme-*

1 *tros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa* aconselhem que não
2 se deve ensinar nomenclaturas ímprobas aos alunos, as bancas responsá-
3 veis pela elaboração dessas provas primam pelo uso formal de língua
4 portuguesa, exigindo dos candidatos o conhecimento da nomenclatura
5 usada pelos gramáticos, bem como o uso padrão da língua portuguesa.

6 Os concursos públicos investigam se o candidato não só tem do-
7 mínio das regras da norma-padrão, mas ainda se seu conhecimento se ba-
8 seou em abordagens teóricas presentes nas principais gramáticas norma-
9 tivas da língua portuguesa. Conquanto a gramática seja “conjunto de re-
10 gras que normatizam o falar e o escrever corretamente, segundo a língua-
11 -padrão” (AULETE, 2016), existem disparidades entre os gramáticos so-
12 bre algumas regras. Tal como observa Amini Boainain Haury (1994, p. 2),
13 “Na verdade, nossas gramáticas normativas atestam tal diversidade de
14 conceituação dos fatos gramaticais e consequente multiplicidade de aná-
15 lise [...] Os próprios gramáticos reconhecem a necessidade dessa revisão
16 crítica”.

17 Assim, vemos que tais disparidades existem entre as mais concei-
18 tuadas gramáticas normativas da língua portuguesa. E, embora muitas
19 das discrepâncias entre os gramáticos não cheguem a causar prejuízos pa-
20 ra uma compreensão coerente das regras da norma-padrão, podem provo-
21 car embaraços quando se trata de atender a um desses casos específicos
22 em que não há concordância entre os gramáticos.

23 Tais questões transcendem ao estudo da gramática teórica, impli-
24 cando uma observação acurada sobre as opiniões dissidentes dos gramá-
25 ticos referentes a itens como: sujeito preposicionado, concordância ver-
26 bal com porcentagem, regência do verbo lembrar, entre outras. O maior
27 entrave quanto a essas conceituações diversas é o fato de não haver, em
28 muitos editais de concursos, a indicação bibliográfica das gramáticas que
29 nortearam as questões das provas.

30 Os exemplos a seguir ilustram como tal omissão pode trazer pre-
31 juízos à aprovação dos alunos.

32 2.2.1. *Sujeito*

34 De acordo com Domingos Paschoal Cegalla (2008), cuja obra é
35 frequentemente empregada por professores, o sujeito é formado por um
36 substantivo, pronome ou uma palavra substantivada, que também se
37 constituem núcleo do sujeito. Para o autor, o sujeito por ser classificado

1 em simples, com apenas um núcleo; composto, com dois ou mais nú-
2 cleos; indeterminado, expresso pelo verbo em 3ª pessoa, não indicando
3 quem fez a ação; oculto, identificado pelo contexto por meio do verbo;
4 agente, quem faz ação; paciente, no qual o sujeito recebe a ação; agente e
5 paciente, em que o sujeito faz e recebe a ação.

6 Teorizando ainda sobre os conceitos relativos ao sujeito da ora-
7 ção, Napoleão Mendes de Almeida (2009) pontua que este pode também
8 vir expresso por um *substantivo virtual*, isto é, palavra ou expressão que
9 assume função de substantivo. Ratificando-o, Evanildo Bechara (2005)
10 assevera que sujeito é uma unidade, um sintagma nominal, que se relaci-
11 ona ao núcleo verbal. E Celso Cunha e Luís Filipe Lindley Cintra (2013,
12 p. 136) corroboram: “O sujeito é o ser sobre o qual se faz uma declaração
13 [...]”

14 Nota-se que não há nenhuma incongruência entre os autores. Con-
15 tudo, a divergência aparece no que se refere ao sujeito vir ou não acom-
16 panhado de preposição.

17

18 2.2.1.1. Contração das preposições de e em com sujeito

19 Celso Cunha e Luís Filipe Lindley Cintra (2013) explanam que as
20 contrações se dão por meio das preposições *de* e *em* com o pronome do
21 caso reto (*de* + *ele* = *dele*). Pontuam ser de norma não haver esta contra-
22 ção, quando estes pronomes exercem, na oração, a função de sujeito. De
23 acordo com essa concepção, só é possível escrever “é hora de ele estu-
24 dar”, e não é “hora dele estudar”.

25 Napoleão Mendes de Almeida (2009) corrobora tal ideia, afir-
26 mando que o sujeito não pode ter dependência com nenhuma outra pala-
27 vra da oração, isto é, o sujeito não pode vir preposicionado.

28 Entretanto, Evanildo Bechara (2005) diverge desse aspecto, ex-
29 planando que isso não “repugna os ouvidos”, portanto o sujeito pode vir
30 acompanhado de preposição. Para ele, tanto a oração “é hora de ele estu-
31 dar” como “é hora dele estudar” estão corretas.

32 Vemos em Domingos Paschoal Cegalla (2008) uma dicotomia
33 maior, pois este assevera que a preposição não acompanha o sujeito, en-
34 tretanto corrobora as ideias de Evanildo Bechara (2005) ao explicar que
35 pode ser concebido o sujeito vir acompanhado de preposição por eufonia.

1 O autor também evidencia que tanto oração "é hora de ele estudar" como
2 "é hora dele estudar" estão corretas.

3 Claudio Cezar Henriques (2008, p. 29) considera que o sujeito
4 poderá vir preposicionado quando se trata de expressões que exprimem
5 aproximações: "No meio dos adultos, entraram de 10 a 15 menores".

6

7 *2.2.2. Concordância verbal*

8 Segundo Domingos Paschoal Cegalla (2008, p. 450), a concor-
9 dância verbal consiste no fato de o verbo concordar com sujeito, em con-
10 sonância com algumas regras.

11 Evanildo Bechara (2005, p. 543) pontua que "concordância ver-
12 bal" ocorre entre o sujeito e o verbo da oração, isto é, verbo e sujeito
13 concordam em número e pessoa.

14 Com relação aos conceitos do que é concordância verbal, os auto-
15 res possuem a mesma visão. Entretanto, as disparidades aparecem quan-
16 do a concordância se dá com os números percentuais.

17

18 *2.2.2.1. Concordância com percentuais*

19 Acerca dessa concordância, Domingos Paschoal Cegalla (2008)
20 defende que o verbo deve concordar com o numeral. De acordo com o
21 autor, na oração *1% dos eleitores votou*, o verbo deve permanecer no
22 singular, por concordar com o número.

23 Evanildo Bechara (2005) o contradiz, alegando que a concordân-
24 cia do verbo com os números percentuais pode ocorrer tanto com o nu-
25 meral, tanto com o termo preposicionado. Assim sendo, tanto a oração
26 "1% dos eleitores votou" quanto "1% dos eleitores votaram" estão igual-
27 mente corretas.

28

29 *2.2.3. Regência verbal*

30 De acordo com Celso Cunha e Luís Filipe Lindley Cintra (2013),
31 regência verbal consiste em uma relação estabelecida entre as palavras,
32 em que uma complementa a outra para formar um significado. Sem di-
33 vergir, Domingos Paschoal Cegalla (2008) pontua que a regência pode

1 ser verbal e nominal e que os termos regidos, na maioria das vezes, pren-
2 dem-se aos termos regentes por meio da preposição.

3 Como já fora mencionado, esses aspectos conceituais são iguais
4 para os autores. Entretanto, com relação à regência do verbo visar, ambos
5 abrem brechas, incongruências, desalinhos, que dificultam no momento
6 de adotar um critério para escolher a alternativa correta de uma prova.

7

8 2.2.3.1. Regência do verbo visar

9 De acordo com Domingos Paschoal Cegalla (2008), o verbo visar
10 pode ser transitivo direto, quando significar pôr visto em ou apontar. Na
11 acepção de ter como objetivo, para o autor, o verbo é transitivo indireto,
12 seguido da preposição *a*. Entretanto, ele ressalva que não é condenável o
13 verbo visar, tendo como conceito "ter como objetivo", ser utilizado como
14 transitivo direto. Assim sendo, em sua concepção, as orações "Eu visio o
15 cargo", como "eu visio ao cargo" estão igualmente corretas.

16 Celso Cunha e Luís Filipe Lindley Cintra (2013) reafirmam essa
17 regência apontada por Domingos Paschoal Cegalla (2008), advertindo
18 que utilizar o verbo visar como transitivo direto, na acepção de *ter como*
19 *objetivo*, é condenável por alguns gramáticos, mas utilizado na lingua-
20 gem coloquial e literária, principalmente se complemento deste verbo for
21 uma oração reduzida.

22 Contradizendo essas colocações, Evanildo Bechara (2005, p. 581),
23 em sua lista de regência de nomes e verbos, aponta: "Visar (= pretender)
24 – a; visar (= dar o visto)". Da mesma forma, Claudio Cezar Henriques
25 (2008) esclarece que visar é verbo transitivo indireto quando é emprega-
26 do no sentido de "almejar".

27

28 3. *Análise e discussão dos dados*

29 Vimos que a gramática permite a tomada de consciência dos as-
30 pectos formais da língua. Além disso, segundo Elisabeth Ramos da Silva
31 (2006, p. 3): "A gramática oferece regras, e estas são *critérios* que possi-
32 bilitam julgamentos de adequação da linguagem à norma-padrão. Utilizar
33 as regras como critérios de análise é [...] a grande finalidade do ensino de
34 gramática".

1 E esses critérios são imprescindíveis na hora de resolver quaisquer
2 questões de língua portuguesa em uma prova de concurso público. Por-
3 tanto, acreditar que o ensino da gramática normativa é inútil vai de en-
4 contro com o que é exigido, hoje, nessas provas que são extremamente
5 seletivas. E isso pode ser verificado nas questões que serão analisadas
6 mais adiante, retiradas de concursos públicos.

7 Entretanto, para que o candidato responda corretamente às ques-
8 tões, utilizando critérios sintáticos, ele precisa basear-se em algum gra-
9 mático. E o que se verifica hoje é que cada um deles possui, em determi-
10 nados conteúdos, sua própria visão acerca de determinadas regras. E isso
11 se torna um grande problema na hora de resolver as questões. Cria-
12 se, assim, um grande impasse: que critério sintático escolher para res-
13 ponder às questões, se os próprios gramáticos são incongruentes em al-
14 gumas regras da língua portuguesa?

15 A primeira incongruência analisada é com relação ao sujeito vir
16 ou não acompanhado de preposição. De acordo com Celso Cunha e Luís
17 Filipe Lindley Cintra (2013) e Napoleão Mendes de Almeida (2009) o
18 sujeito não pode vir preposicionado. Entretanto, Evanildo Bechara (2005,
19 p. 567-568) diverge: “Construção normal que não tem repugnado os ou-
20 vidos dos que melhor conhecem e escrevem a língua portuguesa” Nestes
21 mesmos termos, Domingos Paschoal Cegalla (2008, p. 484) assevera: “O
22 sujeito nunca é regido de preposição. Entretanto, por eufonia, pode-se
23 contrair a preposição *de* com o sujeito, ou seus adjuntos, em orações re-
24 duzidas de infinitivo”.

25 Se as gramáticas fossem apenas para ajudar a comunicação verbal
26 ou escrita, não haveria problemas em tais objeções. Porém, os concursos
27 públicos avaliam se o candidato sabe as regras de língua portuguesa, e,
28 quando aparecem essas incoerências, torna-se difícil avaliar a resposta
29 correta de questões que abordem tais conteúdos gramaticais.

30 No concurso da escola de Especialistas da Aeronáutica, para o ano
31 de 2017, aparece a seguinte questão:

32 **10** – De acordo com a frase “Está na hora das onças beberem água”, assi-
33 nale a opção que apresenta abordagem gramatical em relação à sintaxe.

34 a) O sujeito nunca é regido por preposição. No caso em questão, houve
35 contração da preposição com o sujeito por questões de eufonia.

36 b) O verbo “estar”, indicando tempo, é pessoal, conforme ocorrência na
37 frase.

1 c) O trecho “das onças”, classificado com adjunto adnominal, não é, gramaticalmente, regido por preposição. Nesse caso, ocorreu a fusão de uma preposição com ele por questões de eufonia.

4 d) Para evitar a cacofonia, fundem-se preposições e conjunções, conforme visto na frase, embora a gramática normativa não aceite tais fusões.

6 A banca examinadora, nessa questão, parece avaliar se o candidato tem conhecimento do uso de sujeito preposicionado. Como alternativa correta, está no gabarito a questão A. A banca opta por seguir as explicações de Domingos Paschoal Cegalla (2008, p. 484). Entretanto, no edital deste mesmo concurso, é dado como referência, além do Domingos Paschoal Cegalla (2008), Celso Cunha e Luís Filipe Lindley Cintra (2013, p. 303) que discordam dessa regra. Sem dúvida, é uma questão passível de anulação, uma vez que a banca opta por colocar dois gramáticos cuja opinião sobre o assunto não converge.

15 Essa regra, aceita por Evanildo Bechara (2005, p. 567-568) e Domingos Paschoal Cegalla (2008, p. 484), usada como explicação para o gabarito da questão anterior, não é utilizada nos concursos de *Agente de fiscalização financeira*, aplicada pela Fundação Carlos Chagas, e de *Fiscal de Vendas*, aplicada pela Tec Concursos¹.

20 **Agente de Fiscalização Financeira Administração – 2012**

21 6. *Isso talvez nos explique por que os gregos, estes que teriam inventado a democracia ocidental com seus valores, na verdade, legaram-nos apenas um valor fundamental: a suspeita de si.*

24 Considerada a frase acima, em seu contexto, o ÚNICO comentário que o texto NÃO legitima é o seguinte:

26 (A) *Isso* remete ao que se expõe anteriormente na frase iniciada por *Por isso*.

28 (B) A forma verbal *explique* é exigida por estar presente no enunciado uma ideia de possibilidade, não de certeza.

30 (C) Na construção adotada no enunciado, o emprego da próclise pronominal – “nos legaram” – é legítimo.

32 (D) A forma verbal *teriam inventado* exprime um fato suposto.

33 (E) Está em conformidade com o padrão culto escrito esta redação alternativa à do segmento destacado: “o motivo dos gregos legarem-nos apenas um valor fundamental”.

36 Gabarito: E

¹ Ambas as bancas não trazem em seu edital referência bibliográfica de língua portuguesa.

1
2 Concurso Público 2010 – Fiscal de Vendas

3 As questões 7 e 8 baseiam-se no texto abaixo.

4 Durante muito tempo, a tributação foi vista apenas como um instrumento
5 de receita do Estado.

6 **Apesar desta missão ser**, por si só, relevante, na medida em que garante
7 os recursos financeiros para que o Poder Público bem exerça seu mister, a
8 verdade é que, pouco a pouco, descobriu-se outra faceta não menos importante
9 na tributação. Atualmente, com a predominância do modelo do Estado Social,
10 a despeito dos fortes movimentos no sentido do ressurgimento do liberalismo,
11 não se pode abrir mão do uso dos tributos como eficazes instrumentos de polí-
12 tica e de atuação estatal, nas mais diversas áreas, sobretudo na social e na eco-
13 nômica. Deve ser ressaltado que a política tributária, embora consista em ins-
14 trumento de arrecadação tributária, necessariamente não precisa resultar em
15 imposição. O governo pode fazer política tributária utilizando-se de mecanis-
16 mos fiscais através de incentivos fiscais, de isenções, entre outros mecanismos
17 que devem ser considerados com o objetivo de conter o aumento da arrecada-
18 ção de tributos.

19 (Maria de Fátima Ribeiro & Natália Paludetto Gesteiro, *A busca da cida-*
20 *dania fiscal no desenvolvimento econômico: função social do tributo.*
21 <http://www.diritto.it/archivio> - acesso em 3/6/2010, com adaptações)

22
23 7- Preservam-se a coerência textual e a correção gramatical ao substituir

24 a) “exerça” (ℓ.5) por **exercesse**.

25 b) “desta” (ℓ.3) por **de esta**.

26 c) “se pode” (ℓ.11) por **pode-se**.

27 d) “ser ressaltado” (ℓ.14) por **ser ressaltada**.

28 e) “em instrumento” (ℓ.15) por **de instrumento**.

29 Gabarito: B

30 Essa incoerência também é encontrada em concordância com o
31 sujeito que apresenta número percentual. De acordo com Domingos Pas-
32 choal Cegalla (2008, p. 470): “O verbo deve concordar com o número
33 expresso na porcentagem [...]”. Contudo, Evanildo Bechara (2005, p.
34 566) cita: “Nas linguagens modernas em que entram expressões numéri-
35 cas de porcentagem, a tendência ‘é fazer concordar o verbo com o termo
36 preposicionado’ que especifica a referência numérica”.

37 No concurso para *Analista Judiciário – Área administrativa,*
38 *2016*, aplicado pela Fundação Carlos Chagas, para o candidato responder

1 corretamente a questão, é imprescindível fazer uso correto dessa concor-
2 dância. Como alternativa correta, o gabarito traz a letra E. Entretanto, se
3 o candidato seguir como regra o exposto por Domingos Paschoal Cegalla
4 (2008, p. 470), incorrerá em erro, uma vez que essa banca examinadora²
5 não segue tal orientação.

6 25. A respeito da concordância verbal, é correto afirmar:

7 (A) Em "A aquisição de novas obras devem trazer benefícios a todos os
8 frequentadores", a concordância está correta por se tratar de expressão partiti-
9 va.

10 (B) Em "Existe atualmente, no Brasil, cerca de 60 museus", a concordân-
11 cia está correta, uma vez que o núcleo do sujeito é "cerca".

12 (C) Na frase "Hão de se garantir as condições necessárias à conservação
13 das obras de arte", o verbo "haver" deveria estar no singular, uma vez que é
14 impessoal.

15 (D) Em "Acredita-se que 25% da população frequentem ambientes cultu-
16 rais", a concordância está correta, uma vez que a porcentagem é o núcleo do
17 segmento nominal.

18 (E) Na frase "A maioria das pessoas não frequentam o museu", o verbo
19 encontra-se no plural por concordar com "pessoas", ainda que pudesse, no
20 singular, concordar com "maioria".

21 O fato supracitado é encontrado também em uma prova para ad-
22 vogados, em 2015. A IBEG concursos coloca a seguinte questão:

23 5. De acordo com as normas de concordância verbal prescritas pela norma
24 padrão, caso o termo destacado em "“Por isso, a *música brasileira* está aca-
25 bando” fosse substituído por

26 (a) *a maioria das músicas brasileiras*, o verbo “está” deveria passar para
27 a 3ª pessoa do plural.

28 (b) *a maior parte das músicas brasileiras*, o verbo “está” deveria perma-
29 necer na 3ª pessoa do singular.

30 (c) *1% das músicas brasileiras*, o verbo “está” deveria permanecer na 3ª
31 pessoa do singular.

32 (d) *10% da música brasileira*, o verbo “está” deveria passar para a 3ª pes-
33 soa do plural.

34 (e) *a menor parte das músicas brasileiras*, o verbo “está” poderia tanto
35 permanecer na 3ª pessoa do singular quanto passar para a 3ª pessoa do plural.

² A Fundação Carlos Chagas, IBEG, FGV são as bancas examinadoras abordadas aqui como exem-
plos de provas que tiveram questões sobre concordância com porcentagem. Ambas não trazem em
seus editais a referência bibliográfica de língua portuguesa.

1 Conquanto a banca examinadora coloque a letra E como alternati-
2 va correta, os advogados desse concurso poderiam incidir em erro se op-
3 tassem pela regra colocada por Domingos Paschoal Cegalla (2008, p.
4 470), uma vez que a banca considera as questões C e D incorretas, justa-
5 mente por que a concordância se dá com o numeral, conforme o gramáti-
6 co sugere.

7 A FGV Concursos elaborou para os candidatos à Agente Educaci-
8 onal da prefeitura de João Pessoa, em 2013, a seguinte questão:

9 **14-** Analise a frase a seguir.

10 *"30% da população apoiam"*

11 Uma frase construída por uma porcentagem seguida de um partitivo tanto po-
12 de ter sua concordância verbal realizada com a porcentagem quanto com o
13 partitivo.

14 A esse respeito, assinale a alternativa que mostra uma concordância *inaceitá-*
15 *vel*.

16 (A) 1,4 dos uruguaiois apoiam.

17 (B) 1,3 da população apoia.

18 (C) 2,2 da população apoiam.

19 (D) 3,3 dos uruguaiois apoiam.

20 (E) 1,8 da população uruguaia apoiam.

21 No próprio enunciado, a banca examinadora coloca como opcio-
22 nal essa concordância, isto é, o verbo tanto pode concordar com o nume-
23 ral como com o termo preposicionado. Essa concordância é apontada por
24 Evanildo Bechara (2005, p. 566) quando ele menciona ser “tendência fa-
25 zer concordar o verbo com o termo preposicionado que especifica a refe-
26 rência numérica”. Seguindo essa regra, embora não tenha colocado em
27 seu edital referência bibliográfica para língua portuguesa, a FGV apontou
28 como incorreta a alternativa E, que tem o termo preposicionado no singu-
29 lar e o número 1, fazendo, assim, com que o verbo fique no singular e
30 não no plural.

31 Outra contradição encontrada nos livros de gramática acontece
32 com relação à regência do verbo *visar*.

33 Autores como Domingos Paschoal Cegalla (2008, p. 512) e Celso
34 Cunha e Luís Filipe Lindley Cintra (2013, p. 550) asseveram ser correto
35 usar o verbo *visar*, no sentido de ter objetivo, como objeto direto. Do-
36 mingos Paschoal Cegalla (2008, p. 512) aponta não ser essa “[...] sintaxe

1 condenável [...]”, Celso Cunha e Luís Filipe Lindley Cintra (2013, p.
2 551) mencionam que essa regra “[...] é condenada por alguns gramáti-
3 cos[...]”, entretanto “[...] é dominante na linguagem coloquial e tende a
4 dominar também na língua literária[...]”. Evanildo Bechara (2005, p.
5 581) os contradiz colocando, em sua lista de regência, o verbo visar, na
6 acepção de ter como objetivo, apenas como indireto, precedido da prepo-
7 sição *a*, tal como considera Claudio Cezar Henriques (2008).

8 A Cespe-UnB³, responsável por elaborar a prova para Analista
9 Judiciário, em 2008, ao mencionar em seu enunciado que “[...]o com-
10 plemento verbal de 'visam' poderia ser introduzido pela preposição a [...]”
11 e ao aceitar essa questão como correta, corrobora as regras explanadas
12 por Domingos Paschoal Cegalla (2008) e Celso Cunha e Luís Filipe Lin-
13 dley Cintra (2013), pois, na concepção deles, o verbo visar com o sentido
14 de ter objetivo pode ser transitivo direto ou indireto, precedido da prepo-
15 sição *a*.

16 ANALISTA JUDICIÁRIO – Cespe-UnB, 2008

17 Em relação às idéias e às estruturas lingüísticas do texto acima, julgue os
18 itens a seguir.

19 4. Mantendo-se as idéias originalmente expressas no texto, assim como a
20 sua correção gramatical, o complemento da forma verbal “visam” (R.8) pode-
21 ria ser introduzido pela preposição *a*: ao controle.

22 **R: CERTO**

23 Entretanto a Vunesp⁴, responsável por elaborar o concurso para
24 Escrevente Judiciário, em 2011, não aceitou, como resposta correta, o
25 verbo visar, no sentido de ter objetivo, como objeto direto, uma vez que
26 elimina a alternativa III e aponta como única regência, de acordo com a
27 norma culta, a oração II.

28 ESCREVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO – Vunesp, 2011

29 **29.** Leia o que segue.

30 I. Muitos dos que assistiram o simpósio sobre reciclagem saíram desapon-
31 tados.

32 II. Muitos catadores antipatizam com os projetos da prefeitura.

33 III. A comunidade visa uma política mais eficiente para a destinação do
34 lixo.

³ Não apresenta referência bibliográfica de língua portuguesa.

⁴ Idem.

1 IV. Alguns moradores aspiram uma cidade mais limpa.

2 De acordo com a norma padrão da língua, a regência verbal está correta
3 em: (A) I; (B) II; (C) III; (D) I e III; (E) II e IV.

4 **R: B**

5 Para resolver essa questão, se o candidato utilizasse como critério
6 sintático o que se verifica em Domingos Paschoal Cegalla (2008), Celso
7 Cunha e Luís Filipe Lindley Cintra (2013) teria escolhido outra alternati-
8 va.

9 Nesse sentido, há necessidade de os órgãos reponsáveis por elaba-
10 rorar provas de concursos públicos apresentarem uma indicação biblio-
11 gráfica para a prova de língua portuguesa e apontarem nela uma única
12 gramática a ser seguida, para que o candidato tenha um critério confiável
13 para escolher a sua alternativa.

14 4. *Conclusão*

16 Vimos que o ensino de gramática é fundamental para a tomada de
17 consciência dos aspectos formais da língua. Além disso, o conhecimento
18 das regras da norma-padrão é um dos principais itens cobrados nos con-
19 cursos públicos. No entanto, os gramáticos divergem em alguns aspectos,
20 seja na conceituação dos termos, seja nas regras que orientam a adequa-
21 ção das frases. Tais discrepâncias muitas vezes atrapalham os candidatos,
22 sobretudo quando não há, no edital, a referência bibliográfica utilizada
23 para a produção das questões. Assim, evidenciamos algumas discrepân-
24 cias encontradas em concursos.

25 Tendo em vista os aspectos gramaticais analisados e as questões
26 de concursos públicos aqui abordadas, entende-se que há necessidade de
27 os editais desses concursos indicarem a referência bibliográfica utilizada
28 para a prova, uma vez que os gramáticos mencionados não apresentam
29 opiniões congruentes. Os editais que não indicaram referência bibliográ-
30 fica apresentaram questões cujas incongruências, com relação às regras
31 gramaticais, ficaram evidentes, fazendo com que houvesse a impossibili-
32 dade de o concursista ter um critério sintático para escolher a questão
33 considerada correta para aquele concurso.

34 cremos que estas considerações podem suscitar a reflexão de que
35 é imprescindível haver uma reformulação dos editais. Dessa forma, as

1 questões de língua portuguesa não mais causarão embaraço aos candida-
2 tos e facilitarão o trabalho dos professores.

3

4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

5 ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática metódica da língua portu-*
6 *guesa*. 46. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

7 *AULETE digital*: o dicionário de língua portuguesa na internet. Disponí-
8 vel em: www.aulete.com.br. Acesso em: 08-10-2016.

9 BAGNO, Marcos. Ensino de língua portuguesa é um fracasso. *Todos pe-*
10 *la educação*. 06-05-2015. Disponível em:
11 [http://www.todospelaeducacao.org.br/educacao-na-](http://www.todospelaeducacao.org.br/educacao-na-midia/indice/33582/ensino-de-lingua-portuguesa-e-um-fracasso/?pag=79)
12 [midia/indice/33582/ensino-de-lingua-portuguesa-e-um-](http://www.todospelaeducacao.org.br/educacao-na-midia/indice/33582/ensino-de-lingua-portuguesa-e-um-fracasso/?pag=79)
13 [fracasso/?pag=79](http://www.todospelaeducacao.org.br/educacao-na-midia/indice/33582/ensino-de-lingua-portuguesa-e-um-fracasso/?pag=79)> Acesso em: 21-09-2016.

14 BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. rev. aum.
15 Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

16 BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Se-
17 nado, 1988. Disponível em:
18 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilad
19 [o.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilad)> Acesso em: 29-09-2016.

20 _____, Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares*
21 *nacionais: língua portuguesa*. Brasília, 1997. Disponível em:
22 <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro02.pdf>>. Acesso em: 21-
23 09-2016.

24 CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portu-*
25 *guesa*. 48. ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 2008.

26 CONCURSO público atraí brasileiros em busca de bons salários e estabi-
27 lidade. *Jornal Hoje*, out. 2013. Disponível em:
28 [http://g1.globo.com/jornalhoje/noticia/2013/10/concurso-publico-atra-i-](http://g1.globo.com/jornalhoje/noticia/2013/10/concurso-publico-atra-i-brasileiros-em-busca-de-bons-salarios-e-estabilidade.html)
29 [brasileiros-em-busca-de-bons-salarios-e-estabilidade.html](http://g1.globo.com/jornalhoje/noticia/2013/10/concurso-publico-atra-i-brasileiros-em-busca-de-bons-salarios-e-estabilidade.html)>. Acesso em:
30 26-10-2016.

31 CUNHA, Celso; CINTRA, Luís Filipe Lindley. *Nova gramática do por-*
32 *tuguês contemporâneo*. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.

33 GURPILHARES, Marlene Silva Sardinha. As bases filosóficas da gra-
34 mática normativa: uma abordagem histórica. *Janus*, Lorena, ano 1, n. 1,

- 1 2º semestre de 2004. Disponível em:
2 <<http://publicacoes.fatea.br/index.php/janus/article/viewFile/10/9>>.
3 Acesso em: 29-05-2017.
- 4 HAUY, Amini Boainain. *Da necessidade de uma gramática-padrão da*
5 *língua portuguesa*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1994.
- 6 HENRIQUES, Claudio Cezar. *Sintaxe: estudos descritivos da frase para*
7 *o texto*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- 8 KOMETANI, Pâmela. Veja os assuntos mais cobrados nos últimos con-
9 cursos do Banco do Brasil. Globo.com, fev. 2015. Disponível em:
10 <[http://g1.globo.com/concursos-e-emprego/noticia/2015/02/veja-os-
11 assuntos-mais-cobrados-nos-ultimos-concursos-do-banco-do-
12 brasil.html](http://g1.globo.com/concursos-e-emprego/noticia/2015/02/veja-os-
11 assuntos-mais-cobrados-nos-ultimos-concursos-do-banco-do-
12 brasil.html)>. Acesso em: 21-09-2016.
- 13 LUFT, Celso Pedro. *Língua e liberdade: por uma nova concepção da lín-*
14 *gua materna*. 4. ed. Porto Alegre: L&PM, 1985.
- 15 SILVA, Elisabeth Ramos da. Reflexões sobre a utilidade do ensino da
16 gramática teórica para o domínio da norma-padrão. *Revista Intercâmbio*,
17 São Paulo: LAEL/PUC-SP, vol. XV. 2006. Disponível em:
18 <<http://revistas.pucsp.br/index.php/intercambio/article/view/3660/2391>>.
19 Acesso em: 15-10-2016.
- 20 VYGOTSKY, Lev Semenovitch. *A construção do pensamento e da lin-*
21 *guagem*. Trad.: Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2001.